

Editorial

Com 30 sindicatos filiados – representando todos os estados do país e o Distrito Federal – e mais de 120 mil servidores em sua base, a Fenajufe completa, em 2012, 20 anos de história. Fundada em dezembro de 1992, em Brasília (DF), num disputado congresso que ficará para sempre marcado nos arquivos da história do movimento sindical classista, a Federação se consolidou, nessas duas décadas, como uma importante entidade combativa da classe trabalhadora, conquistando o respeito das instituições que compõem o Judiciário Federal e o Ministério Público da União. Prova disso foi o importante papel que desempenhou como integrante das comissões criadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Procuradoria-Geral da República (PGR) que elaboraram os Planos de Cargos e Salários (PCSs) da categoria.

Daquele ano – quando um grupo de ousados e combativos servidores concluiu, a partir de várias articulações, que se fazia necessária uma entidade unificada que reunisse os servidores do Judiciário Federal, em um primeiro momento, e em seguida também os do MPU – até hoje, são vários os momentos marcantes na história da Fenajufe que devem ser lembrados por todos que fizeram e ainda fazem parte desse projeto. São 20 anos de lutas, disputas, debates, encontros, vitórias e também de desafios que ainda estão por vir.

Ao longo de sua trajetória, a Fenajufe acumulou muitas conquistas, com destaque para a aprovação dos PCSs e suas reestruturações, o direito a passivos (como a URV e os quintos) e a equiparação de vários benefícios, entre outras. Por outro lado, é importante pontuar também os desafios e embates que necessariamente precisam

ser superados e que, portanto, são urgentes neste aniversário de 20 anos, com destaque para a elaboração de um plano de carreira, a luta pela jornada de seis horas, o direito à negociação coletiva no serviço público, por meio da ratificação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho, a manutenção do direito de greve, o combate à precarização das relações de trabalho e a luta contra o assédio moral e o adoecimento no trabalho.

Para marcar essas duas décadas de trajetória, apresentamos aos servidores do Judiciário Federal e do MPU e ao conjunto da classe trabalhadora esta revista comemorativa, que destaca as várias conquistas acumuladas nesse período e também aponta perspectivas futuras que devem estar na pauta de ações da Fenajufe.

Na primeira parte, são apresentados ao leitor fatos que marcaram o ano de 1992, quando a Fenajufe foi gestada e finalmente criada, e os anos seguintes, com destaque para a entrada dos colegas que ainda se reuniam na antiga Fenastra (então federação dos servidores da Justiça do Trabalho), a unificação com os colegas do MPU e a filiação da Fenajufe à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Para ilustrar bem as ações, ouvimos alguns fundadores e pessoas que fizeram parte das primeiras diretorias da Fenajufe.

O leitor também poderá relembrar, por meio de fotos, alguns momentos históricos, como congressos, plenárias, encontros setoriais, reuniões ampliadas, trabalhos de pressão e reuniões no Legislativo, nos tribunais e órgãos do Ministério Público e também no Executivo. As greves pelos PCSs e contra a Reforma da Previdência, atos públicos, marchas unificadas dos servidores federais e da CUT e diversas outras manifestações também têm lugar de destaque para lembrar a trajetória combativa e classista da Federação. E, finalmente, trazemos um texto que aponta as ações que devem estar na ordem do dia da Fenajufe e dos sindicatos de base no próximo período.

Boa leitura!

8
9
10
11
12
13
14
15
16
17

Histórico de criação da Fenajufe

22
23
24
25
26

Principais lutas

28
29
30
31
32
33
34
35

Principais eventos



36
37

Próximas ações





ARTIGOS

DÉMERSON DIAS	6
CAIO TEIXEIRA	7
JACQUELINE ALBUQUERQUE	21

ENTREVISTAS

NEEMIAS FREIRE	13
POLICARPO	18
RAMIRO LÓPEZ	20
ANA LUIZA FIGUEIREDO	27
ZÉ OLIVEIRA	38

DÉMERSON DIAS

Artífices da própria história

*E até mesmo a fé
Não era cega nem nada
Era só nuvem no céu e raiz*

*O Que Foi Feito de Vera –
Milton Nascimento e Márcio Borges*



Démerson Dias é servidor do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo desde 1987. Foi fundador da Fenajufe, tendo participado da diretoria durante quatro gestões. Também foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud)

Se há um desafio que nos encara de forma persistente é o de ousarmos escrever nossa história. Sem tutelas nem amarras, apenas com nossos próprios lastros. A criação da Fenajufe não foi um projeto de emancipação política da categoria. Poderia ter sido, mas, antes, foi invenção coletiva para responder a alguns desafios históricos. Era preciso conformar uma unidade funcional com que pudéssemos nos apresentar à classe com uma unidade organizativa e que conseguisse viabilizar os avanços para além do ranço corporativo, que por muito tempo permeou alguns segmentos do setor público.

Questionar quem é, ou será, o autor de nossa história não é uma dúvida singela. São inúmeros os atalhos e desvios que surgem desafiadoramente diante dos trabalhadores para se firmarem como "classe para si". Se é verdade que fomos pioneiros na aprovação de planos de salários, como uma forma de luta pela preservação de nosso poder aquisitivo, também estamos aprendendo que essa bandeira é incapaz de se sustentar se não aprofundarmos o debate sobre nosso papel enquanto trabalhadores e o do Judiciário e do MPU enquanto instâncias para resguardar direitos da cidadania. Ao comemorar esses 20 anos da Fenajufe, nos deparamos com um desdobramento inédito, a submissão servil do Judiciário ao discurso fiscalista da gestão do Estado. Não se trata apenas de um risco corporativo ou de direitos elementares. Assistimos a uma inflexão institucional preocupante para a própria sustentação do modelo republicano que a Carta Constitucional prescreve.

Tanto quanto sempre, para seguirmos adiante, será preciso restabelecer nosso protagonismo, o que não se fará mais apenas preservando a legitimidade de nossas reivindicações salariais. Nunca em nossa história esteve tão clara a prevalência dos ditames do Banco Mundial para os Judiciários da América Latina.

Não será preciso reinventar nossa história, mas saber com clareza onde ela se detém, onde recua e como fazemos para que avance.

CAIO TEIXEIRA

Fenaboa: a construção da identidade da categoria



Caio Teixeira é jornalista e servidor do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Santa Catarina. Foi coordenador geral da Fenajufe entre 1998 e 2004 e diretor do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (Sintrajusc)

Em 1998, foi eleita a primeira direção da Fenajufe depois da unificação com os colegas que ainda estavam na Fenastra, apelidada por seus integrantes de "Fenaboa". Foi um período de consolidação e afirmação de nossa organização sindical. A organização a partir da base foi priorizada, foi criado o Coletivo Jurídico, passamos a ter atuação destacada na Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais (SPFs), com expressivas delegações nas plenárias nacionais, e começamos os encontros temáticos.

As reuniões ampliadas passaram a contar com a maioria dos sindicatos. Nas plenárias e congressos, agora com número máximo de delegados, os debates políticos passaram a centrar as pautas. A estrutura administrativa da entidade foi totalmente profissionalizada. Os funcionários recrutados por processo público de seleção estão na Fenajufe até hoje, causando inveja a qualquer sindicato pelo alto grau de profissionalismo.

Grandes questões foram enfrentadas, como a CPI de ACM e a reforma neoliberal do Judiciário, com papel destacado da Fenajufe no combate às propostas de extinção da Justiça do Trabalho, de privatização da atividade judiciária e demais ataques constantes do Documento 319 do Banco Mundial.

Nessa luta, foi fundamental a contribuição dos companheiros do Judiciário da Argentina, onde a receita já havia sido aplicada. Ampliou-se a troca de experiências com os *judiciales* da Argentina e do Uruguai em questões cada vez mais práticas, por meio da Coordenadora dos Trabalhadores Judiciários do Cone Sul.

Em 2000, pela primeira vez, o Judiciário participa de uma greve unificada dos SPFs. Com isso, conseguimos a criação do Grupo de Trabalho no STF que elaborou a proposta do melhor PCS que já tivemos. A direção eleita em 2001, em São Paulo, continuou na mesma linha e a greve daquele ano teve participação de 10 estados. Em 2002, com participação de mais de 20 entidades na nossa maior greve, conquistamos o PCS, que incorporou todas as gratificações ao vencimento-base, valorizado, e reduziu a influência das funções comissionadas na composição do salário final, congelando-as.

No ano seguinte, juntamente com os demais servidores públicos federais, enfrentamos, com greve histórica, a Reforma da Previdência imposta pelo recém-eleito governo Lula.

A partir daí, o Judiciário Federal vem garantindo o poder aquisitivo dos salários com greves praticamente a cada ano que passa. As sementes de organização plantadas a partir da "Fenaboa" construíram uma identidade de luta, resistência e unidade que precisa ser retomada.

Pessoalmente, nunca participei de um grupo tão consciente e disposto a fazer acontecer como aquela diretoria. Foi, sem dúvida, a mais engrandecedora experiência político-sindical que tive. Saúdo cada um dos companheiros e camaradas que dela participaram: Madalena (PI), Klein (SP), Adilson (SP), Angelo (PA), Ana Luiza (SP), Sandra (DF), Lucia (MG), Acácio (RJ), Marta (SC) e Marcos Valério (MA).

Perguntaram a Keith Richards, dos Rolling Stones, quem era o melhor guitarrista da banda, ele ou Ronnie Woods. Keith respondeu: separados não somos grande coisa, mas juntos somos imbatíveis. É o sentimento que me ficou daquela diretoria.

O ambiente da gestação

Promulgação da Constituição de 1988 permitiu a criação do movimento sindical dos trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União

De meados de 1988 a janeiro de 1989, o povo brasileiro se perguntava quem matou Odete Roitman (a atriz Beatriz Segall, na telenovela Vale Tudo) e enchia os pulmões para repetir o refrão “Brasil, mostra a tua cara”, de Cazuza. O primeiro governo pós-ditadura militar – de José Sarney, vice-presidente alçado ao cargo máximo da República após a morte do presidente eleito (por voto indireto) Tancredo Neves – caminhava para o final, em um ciclo inflacionário interminável e crescente, com ingerência explícita de autoridades financeiras internacionais na condução da política nacional.

A partir da metade daquela década, o bloco da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), comandado pela Rússia, dava sinais de enfraquecimento. As políticas da *perestroika* (reconstrução) e da *glasnost* (transparência) conduzidas por Mikhail Gorbachev direcionaram o regime socialista soviético à economia de mercado e à mudança da relação do indivíduo com o Estado. O objetivo era manter a estabilidade do regime, o que não se concretizou e desencadeou um dos acontecimentos mais marcantes do século XX: a queda do Muro de Berlim, que, no dia 9 de novembro de 1989, marcou o fim da Guerra Fria entre os blocos socialista e capitalista. A derrocada do regime soviético se deu, por fim, em dezembro de 1991, quando a URSS foi formalmente dissolvida. Esse fato foi

determinante para o estabelecimento definitivo do processo de globalização econômica e de avanço do ideário e das práticas neoliberais ao redor do mundo.

Foi sob esses ventos que ocorreram, no Brasil, a reorganização e a revitalização partidária, na qual floresceram uma esquerda dispersa e multifacetada e um centro oscilante à direita e rendido ao neoliberalismo, que permitiram chegar ao poder o ex-presidente Fernando Collor de Mello, entre 22 candidaturas, nas eleições presidenciais de 1989. “Ganhamos a parada contra os neoliberais em 88, mas os conservadores se reorganizaram rapidamente contra os avanços obtidos na Constituição, que teve caráter socializante”, avalia Démerson Dias, coordenador em quatro gestões da Fenajufe. Esse é um aspecto determinante nas lutas sindicais e sociais dos anos 90, embora o avanço neoliberal já ocorresse desde a década anterior.

Com a Constituição Cidadã de 1988, as associações de trabalhadores da época do regime militar se tornavam sindicatos e, nos casos em que isso não ocorria, novas entidades representativas surgiam. Federações, confederações e centrais

de trabalhadores pavimentavam caminhos para o fortalecimento dos trabalhadores. Os grupos classistas vinculados aos partidos de esquerda se afirmavam dentro das vertentes sindicalistas.

Foi nesse ambiente de ebulição generalizada que ocorreu a gestação do que é hoje o movimento sindical dos trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União. Até a Constituição de 1988, não havia previsão legal para organização sindical dos servidores públicos.

Arquitetura da unificação

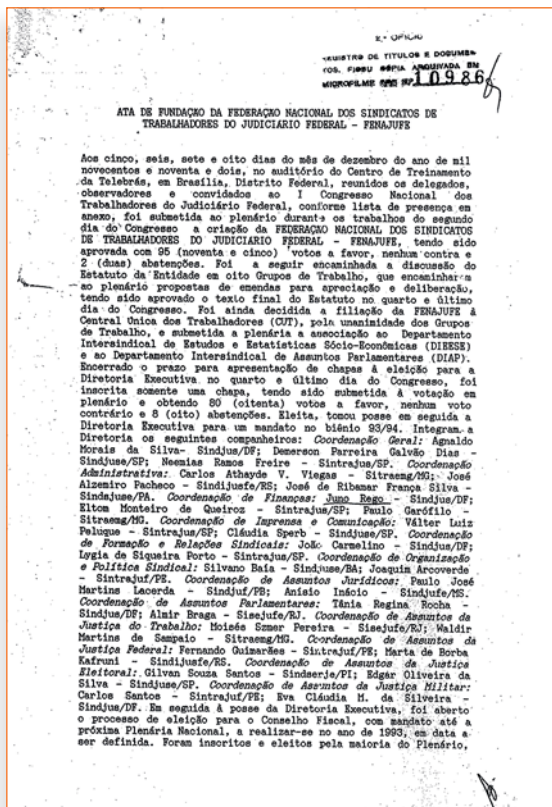
Em plena época de arrocho salarial, o chamado “dragão da inflação” ocupava o espaço de mídia que hoje ocupa a insolvência do Estado brasileiro nas áreas da saúde, da segurança e da educação públicas. O conceito de hiperinflação – de 2% ao dia – era mais próximo da rotina dos trabalhadores e das famílias do que os conceitos de consciência e



Até a Constituição de 1988, não havia previsão legal para organização sindical dos servidores públicos



Em 1989, três anos antes da fundação da Fenajufe, o mundo presenciava a queda do Muro de Berlim



Ata de fundação
da Fenajufe

Foi um processo relativamente curto de construção. Em menos de um ano e meio partimos da primeira discussão para a criação da Fenajufe.”

Dêmerson Dias, integrante da primeira diretoria da Fenajufe

luta de classes, alienação e todas as palavras de ordem dos ativistas de esquerda, banidas pelos generais por duas décadas.

O movimento sindical do Judiciário era fragmentado, com entidades representando individualmente os ramos Federal, Eleitoral e Trabalhista. A Federação Nacional dos Sindicatos e Associações dos Trabalhadores da Justiça do Trabalho (Fenastra) e a Federação Nacional dos Servidores da Justiça Eleitoral (Fenaserje) eram as que tinham alicerces mais firmes. A Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Justiça Federal (Conajufe) reunia os sindicatos dos servidores da Justiça Federal – entre os quais já se articulavam entidades estaduais unificadas.

Em 1990, foi criada, em Brasília (DF), a primeira entidade com sua base totalmente unificada. Além de representar os trabalhadores dos quatro ramos do Judiciário, o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus-DF) congregou, graças à afinidade entre as carreiras, servidores do MPU. Apresentava-se um novo personagem e iniciava-se a tendência de unificação.

Em abril de 1991, durante a realização do congresso da Fenastra, realizado em Salvador (BA), para o qual foram convidados representantes dos sindicatos unificados, começou o processo que resultou na criação da Fenajufe. “Foi quando conheci Neemias (Ramos Freire) e alguns companheiros que eram da Justiça do Trabalho”, conta o ex-coordenador fundador da Fenajufe, Agnaldo Moraes da Silva, que representava o Sindjus-DF.

“Na primeira reunião da diretoria executiva da Fenastra, nos dias 7, 8 e 9 de julho de 1991, aprovamos a proposta de realizar uma reunião de entidades do Judiciário Federal e Ministério Público nos dias 9, 10 e 11 de agosto, em Brasília”, relata o também fundador Neemias Freire, coordenador da primeira gestão pelo então Sintrajus-SP. Nessa reunião foi proposta a criação de uma coordenação, com a participação de uma entidade por ramo do Judiciário e do MPU, e a definição de uma pauta de reivindicações unificada e de um cronograma de atividades.

As fronteiras entre as organizações eram elásticas. Líderes das vertentes do movimento sindical do Judiciário simpáticos à unificação, como Fernando Guimarães, Neemias Freire, Joaquim Arcoverde, Silvano Baía e Dêmerson Dias, entre outros, mantinham relações cordiais e estabeleceram laços de amizade no processo de aproximação das entidades. No entanto, a integração não ocorreu de uma hora para outra. “Houve um processo de consenso progressivo e de polarização com a Fenastra”, descreve Agnaldo Moraes.

Para Dêmerson Dias, que compôs a primeira gestão pelo antigo Sindjuse-SP, apesar de todos os obstáculos e dificuldades, o avanço para a unificação foi rápido. “Foi um processo relativamente curto de construção. Em menos

de um ano e meio partimos da primeira discussão para a criação da Fenajufe”, afirma. “Não tinha internet na época, mas tínhamos uma rede de intercâmbio eficiente”, conta Joaquim Arcoverde, que participou das duas primeiras gestões pelo Sintrajuf-PE.

Parto natural

Em dezembro de 1992, menos de dois meses após o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, vice-presidente por cargo e presidente na prática, assinava a Lei nº 8.542, que instituía, a partir de 1º de janeiro do ano seguinte, o valor de Cr\$ 1.250.700,00 (cruzeiros) para o salário mínimo – número imenso, que, no início do mês de janeiro de 1993, equivaleria a R\$ 710,81 atuais e, no fim dele, a R\$ 552,17.

Com esse barulho porta afora, e já com participação no movimento "Fora, Collor", realizou-se, de 5 a 8 de dezembro de 1992, o congresso de fundação da Fenajufe. A escolha dos nomes para a primeira diretoria foi feita por ramos do movimento sindical do Judiciário, por entidade sindical de base e por região do país – a ideia era que ninguém ficasse sem representação, mesmo que se pagasse o preço de fazer funcionar uma coordenação tão grande. "Na primeira gestão, tínhamos uma direção inchada, pois o estatuto elaborado para a criação da Fenajufe tentou acomodar todos os dirigentes da Fenastra, da Fenaserje etc. e acabou criando uma direção com muitos cargos e pouca atuação, até porque a Federação não tinha recursos", avalia Neemias Freire, então dirigente da Fenastra.

Além dos arranjos classistas e territoriais, também havia a acomodação das tendências políticas por ser resolvida. Desde 1989, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) compunham a Frente Brasil Popular, que apoiava a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do país. A convivência entre as diversas correntes de trabalhadores do Judiciário e MPU era tranquila, mas não harmônica suficiente para manter todos juntos no primeiro momento da Fenajufe.

A Fenastra compareceu ao congresso de 1992, mas houve uma divisão entre suas lideranças. Na dissidência, entidades de peso, como o Sindicato dos Trabalhadores da Justiça do Trabalho do Estado de São Paulo (Sintrajus-SP), se desfilaram e passaram a compor a recém-criada Fenajufe. A reconciliação ocorreu naturalmente anos depois, diante de um cenário de lutas comuns. Enfim, a solidariedade classista falou mais alto que as diferenças políticas.

Costura artesanal

As realidades eram e continuam sendo diferentes em cada ramo do Judiciário. Essa era uma preocupação dos participantes do I Congresso da Fenajufe, juntamente com a continuidade das organizações fundadoras. "As diferentes visões corporativas e

O congresso de fundação da Fenajufe foi realizado de 5 a 8 de dezembro de 1992, em Brasília (DF)



organizacionais entre os ramos da Justiça foram uma dificuldade na época e até hoje existem", comenta Dêmerson Dias.

A discussão sobre o estatuto foi intensa e trabalhosa. Até mesmo a definição de ser uma federação de trabalhadores ou de servidores foi um ponto que precisou ser pacificado. Venceu o conceito de "trabalhadores", por aproximar a entidade de todo o arcabouço de conceituação e práticas da luta de classe. Enfatizar as particularidades seria como colocar o movimento sindical no ramo público em um âmbito diferente das lutas gerais dos trabalhadores.

A política da Fenajufe naquele momento era potencializar a construção do ramo sindical do Judiciário e do MPU. Entendendo o sindicato como instrumento de transformação das relações do trabalho e das relações sociais, a unificação nacional deu um novo marco à organização da categoria nos estados.

Foi natural que a entidade, já na fundação, se filiasse à Central Única dos Trabalhadores (CUT). As correntes políticas presentes na coordenação da Federação eram as mesmas tendências que militavam na CUT, e vários dos sindicatos estaduais já eram filiados à central. "Exceto pelos pelegos, que arregalavam os olhos quando se falava de CUT, as discussões foram tranquilas, até porque dentro da CUT a presença das vertentes partidárias era a mesma", resume Joaquim Arcoverde.

Na fundação da Fenajufe, em 1992, não foi colocada a questão da participação dos servidores do Ministério Público da União. Não que a situação deixasse de ser foco da atenção, especialmente dos sindicatos que já eram ou caminhavam para a unificação – como os do Distrito Federal, de Alagoas e do Maranhão. "Em muitos estados, o contingente



Já na fundação, a Fenajufe se filiou à Central Única dos Trabalhadores (CUT)

dos servidores do MPU não passava de algumas dezenas e isso tornava a discussão distante para muitos sindicatos, que estavam ainda em fase de unificação dos ramos do Judiciário", explica Dêmerson Dias.

Em 1994, tomaram posse os servidores do primeiro concurso do MPU, que antes era composto por servidores do Executivo, do qual fazia parte até 1988. A chegada dos novos servidores marca a expansão do órgão, o início da formação de uma identidade de categoria e coincide com sua entrada na base da Fenajufe. Oficialmente, os trabalhadores do MPU passaram a integrar a Fenajufe a partir de 30 de novembro de 1994. "Esse foi um caso pioneiro de estabelecimento de uma relação orgânica entre servidores de diferentes entes da República dentro de uma federação sindical", observa Dêmerson Dias.

NEEMIAS FREIRE

Luta pela cidadania



Neemias Ramos Freire foi coordenador-geral nas duas primeiras diretorias da Fenajufe (1994/1996 e 1996/1999). É servidor do Tribunal Regional do Trabalho/SP desde fevereiro de 1978 e editor-assistente de Economia do jornal O Estado de S. Paulo desde 2001. Também é presidente da Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais da Justiça do Trabalho da 2ª Região (Aojustra)

Qual a sua visão sobre o processo de criação da Fenajufe? Você pode contar um pouco dessa história?

Podemos dizer que o embrião de uma federação nacional de todo o Judiciário Federal surgiu no Congresso da Fenastra de 1991. Uma das deliberações do congresso foi buscar as demais entidades do Judiciário Federal e do Ministério Público da União e criar uma coordenação com vistas a uma atuação comum em uma mesma frente de lutas. É evidente que surgiram divergências de origem organizacional. Havia uma questão político-partidária na Fenastra e havia reticências também no interior da Fenaserje, criada em 1991 pelos companheiros da Justiça Eleitoral. Além de militantes ligados ao PCdoB, havia nos sindicatos muitos simpatizantes e militantes petistas, mas não diretamente identificados com grupos ou mesmo organizados no movimento sindical do Judiciário. Um quadro totalmente diferente do que existe hoje.

Um grupo saiu da Federação durante a segunda gestão, quando você era um dos componentes da diretoria. O que motivou essa divisão?

O racha ocorreu por causa das discussões sobre a reforma administrativa no governo FHC, que anteciparam discussões da reforma previdenciária no governo Lula. Fomos

direção nacional da central, que se ressentia de uma maior inserção de dirigentes do serviço público federal, já que a maioria das entidades sindicistas se alinhava com as correntes que faziam oposição à Articulação Sindical, grupo que era maioria da central. Um grupo, no qual me incluía, defendia que participássemos das discussões, a fim de tentarmos impedir a reforma. Principalmente porque a direção da CUT, constituída majoritariamente por sindicalistas do setor privado, pouco conhecia a realidade do setor público. Outro grupo achava que devíamos ser simplesmente contra a reforma, sem participar de discussão nenhuma. Não houve acordo e a direção rachou. Lamentavelmente, essas posições se mantiveram praticamente inalteradas posteriormente, na Reforma da Previdência encaminhada pelo governo Lula. Um setor do movimento sindical decidiu adotar a política de avestruz e acabamos sofrendo uma das nossas maiores derrotas.

Você ainda acompanha a luta sindical. Que recado daria aos colegas nesta comemoração dos 20 anos da Fenajufe?

Meu recado é que acreditem na força da organização e da unidade. Construir uma Federação nacional, que hoje é reconhecida e respeitada pelos tribunais, pelo governo e pelos parlamentares, não é uma tarefa fácil. E não faltam aqueles que a querem dividir e destruir. A Fenajufe tem um papel importantíssimo na história recente do Judiciário e do MPU. Fomos dos primeiros a lutar contra o nepotismo, pela democratização e controle externo do Judiciário, pelo acesso à Justiça. Nossa luta vai além da luta por melhores salários, é uma luta pela cidadania.

“

A Fenajufe tem um papel importantíssimo na história recente do Judiciário e do MPU.”

convidados pela CUT a participar de discussões sobre o assunto. Tínhamos um bom relacionamento com a

Atuação conjunta

No governo Itamar Franco, Fenajufe e outras entidades representativas de servidores federais uniram-se na reivindicação por reajuste salarial

No Brasil de 1992, os estertores da ditadura ainda não haviam se dissipado, como ficou provado na invasão do presídio paulista do Carandiru, quando 111 detentos foram mortos pela Polícia Militar no que ficou conhecido como Massacre do Carandiru. O autoritarismo militar podia ter ficado no passado, mas as organizações conservadoras usavam de todas as armas para a manutenção do *status quo*.

Nesse momento em que nascia a Fenajufe, o movimento sindical dos servidores públicos federais crescia rapidamente, amparado nos princípios do sindicalismo classista de massas, com organização democrática nas bases. No âmbito do Judiciário, a referência de organização dos trabalhadores era a Fenastra, criada em 1986 com a reunião de associações de trabalhadores da Justiça do Trabalho. Até a promulgação da Constituição

Cidadã de 1988, a organização sindical dos servidores públicos era proibida.

Entre os servidores do Executivo, a velocidade de organização era ainda maior, considerando que algumas categorias já tinham entidades com atuação política consolidada. Em 1992, já estavam organizadas, por exemplo, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), a Federação de Associações de Servidores Técnico-Administrativos das Universidades (Fasubra), a Federação Nacional de Associações de Servidores do Ministério do Trabalho (Fenasmit), a Federação Nacional de Associações de Servidores da Previdência Social (Fenasps), a União Nacional de Associações de Técnicos do Tesouro Nacional (Unastten) e a Associação dos Servidores do IBGE (Assibge), entre outras.

A articulação dessas entidades já havia apresentado avanços na relação com o governo e garantido conquistas para os servidores, até mesmo na elaboração da Constituição, com a inclusão do direito de sindicalização e de greve para os servidores públicos civis. Isso impulsionou as discussões sobre a unificação do movimento.

Discutiam-se as especificidades e as similaridades que definiriam as formas de associação e unificação da luta sindical. Alguns defendiam o serviço público como ramo único, enquanto outros entendiam haver vários ramos de atividade. Embora não tenha havido consenso, sindicatos gerais e sindicatos de ramos específicos passaram a compor a CUT.

A tentativa de criar uma entidade única de aglutinação de servidores federais teve três momentos. O primeiro foi a deliberação para criação da Intersindical dos Servidores Federais no I Congresso Nacional dos Servidores Federais, em 1989. A Confederação Democrática

Nesse momento em que nascia a Fenajufe, o movimento sindical dos servidores públicos federais crescia rapidamente, amparado nos princípios do sindicalismo classista de massas, com organização democrática nas bases



dos Servidores Públicos Federais (Condsef), criada em 1990, tentou reunir em uma mesma entidade todas as entidades sindicais e servidores federais. Várias entidades se recusaram a participar e a confederação acabou se tornando uma entidade de sindicatos gerais.

"Vários dirigentes da Fenastra participaram do congresso de criação da Condsef. Porém, a Condsef agrupou os servidores federais do Executivo que não estavam organizados em sindicatos nacionais, já que a sua criação não teve o aval de entidades como a Andes, a Assibge, o Unafisco, a Fasubra e a Fenasps, para citar algumas", conta Neemias Freire, um dos fundadores da Fenajufe.

No II Congresso Nacional dos Servidores Federais, em 1990,

A atuação conjunta com outras categorias do funcionalismo público federal já era prioridade desde os primeiros anos da Fenajufe

surgiu a Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (Cnesf) como fórum intersindical. Sem criar personalidade jurídica, o objetivo da iniciativa era articular e unificar ações entre as diversas categorias, aumentando a capacidade de intervenção.

"A Fenajufe, tão logo foi criada, em dezembro de 1992, começou a participar da Coordenação Nacional dos Servidores Federais, junto com as entidades que não compuseram a Condsef. As lutas comuns se deram no âmbito do enfrentamento ao projeto neoliberal do governo Itamar Franco, na luta por reajustes salariais e com as propostas de reforma administrativa", explica Neemias.

Antes mesmo disso, conta o ex-coordenador fundador da Fenajufe Agnaldo Moraes da Silva, os sindicatos do Judiciário se reuniram na Coordenação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal (Conajuf) para atuar como representação dos servidores dentro do Cnesf, já com a perspectiva de criação de uma organização vertical. A representação dos servidores estava na Fenastra, na Fenaserje e na coordenação que representava os sindicatos já unificados. Segundo Joaquim Arcoverde, também fundador da Fenajufe, desde o princípio a Federação visava, também, a participação em movimento unificado com os servidores públicos dos países do Cone Sul.

Contextos da luta sindical

O movimento sindical urbano brasileiro sofreu duros ataques nos anos 1990, a partir da abertura econômica promovida pelo então presidente Fernando Collor de Mello. O cerceamento de atividades das entidades representativas (a título de ruptura com práticas políticas arcaicas) e a imposição da ideia de que o Estado era inchado e teria mais eficiência tendo menos servidores deram o tom daquela administração.

Como parte de um conjunto de medidas, 86 mil servidores foram colocados em disponibilidade e 108 mil foram demitidos a pretexto de modernização do aparelho estatal.



De junho a outubro de 1992, todo o movimento sindical e as organizações sociais da sociedade civil se reuniram sob o mesmo grito "Fora, Collor!", que reverberou pelo país e culminou com a destituição do então presidente

A resposta veio com a deflagração generalizada de greves, retaliadas pelo governo com repressão e campanha de difamação de imagem na imprensa. Depois da adesão brasileira ao libelo neoliberal do "Consenso de Washington", até a inflação e a recessão foram

computadas aos empregos dos servidores públicos.

Segundo dados da CUT, de março a junho de 1990, cerca de 3,4 milhões de trabalhadores realizaram 782 manifestações pelo país. Foram paralisações, passeatas, atos públicos e os painéis inspirados no movimento das Mães da Praça de Maio, da Argentina. Até o fim da década, esse número ultrapassaria uma dezena de milhões de trabalhadores.

O movimento não arrefeceu nos anos seguintes. Um aguerrido movimento sindical balançou o Brasil desde o dia do primeiro aniversário do governo Collor até a campanha pelo *impeachment*, em 1992. As palavras de luta naquele período eram a defesa da previdência social, do serviço e ensino públicos, das empresas estatais e da reforma agrária; o fim do aumento abusivo nos preços de aluguéis e nas prestações da casa própria; a reposição de perdas salariais; o combate à violência e à corrupção; a suspensão do

pagamento da dívida externa e a rejeição à ingerência do Fundo Monetário Internacional (FMI) na política nacional.

De junho a outubro de 1992, todo o movimento sindical e as organizações liberais da sociedade civil se reuniram sob o mesmo grito "Fora, Collor!", que reverberou pelo país e culminou com a destituição do então presidente. "Tenho orgulho de ter participado ativamente daquele momento histórico dentro do movimento sindical", afirma Joaquim Arcoverde.

Em 1993, os trabalhadores se uniram, sob o governo de Itamar

Franco, contra as articulações pela reforma constitucional que propunha a retirada dos direitos dos trabalhadores da Constituição. O plano econômico do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que instituiu a Unidade Real de Valor (URV), impôs arrocho salarial ainda maior, em 1994. Quando eleito presidente, FHC incentivou o avanço das iniciativas de privatização.

Depois de entregar parte das empresas estatais ao mercado de capitais, FHC avançou para o que chamou de "flexibilização das relações de trabalho", que, trocando em miúdos, era uma proposta de precarização das relações laborais.

A criação do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado e a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado pavimentaram o caminho para a aprovação da Emenda 19 (de 1998), que permitiu ao governo burlar o regime jurídico dos servidores públicos (Lei nº 8.112/90), possibilitando a contratação de servidores celetistas. As comportas da precarização das relações de trabalho foram escancaradas por FHC.

A Fenajufe esteve presente nas jornadas, campanhas, greves, caravanas nacionais, passeatas e marchas que marcaram os dois mandatos do sociólogo tucano. A mobilização sindical e das demais organizações da sociedade civil reforçou a tendência que culminou com a eleição do petista Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. Lula, no entanto, logo ao assumir, implantou medidas desfavoráveis aos servidores públicos federais, com destaque para a PEC 40 (Reforma da Previdência), que tinha como pano de fundo a privatização da Previdência e a retirada de direitos históricos dos trabalhadores.

Todos sob o mesmo teto

Em 1991, durante reunião da diretoria executiva da Fenastra, as diversas forças políticas que compunham a Federação discutiram a unificação das lutas dos servidores do Judiciário Trabalhista, Federal e Eleitoral. Nesse período, foi feita uma ampla discussão na base da categoria em todos os estados sobre a importância da criação de uma entidade nacional que unificasse todos os setores que antes atuavam de forma dividida, garantindo uma representação com maior poder de força e pressão. Houve participação conjunta no processo de construção da Fenajufe até o congresso de 1992, quando divergências se interpuseram à integração plena.

Para o coordenador-geral da Fenajufe, Ramiro López, a fundação da Fenajufe foi realizada sem que houvesse o debate político necessário. “Por conta disso, não só a minha corrente, que na época já era a Corrente Sindical Classista, mas vários outros grupos de servidores da Justiça Trabalhista se retiraram do congresso e, assim, fizemos um encontro paralelo, tocando a vida na Fenastra”, conta.

Apesar das divergências iniciais, nos momentos de discussão, integrantes da Fenajufe e da Fenastra se uniam nas

negociações com o Judiciário, o Executivo e o Parlamento. “Nessas horas, sentávamos sempre do mesmo lado da mesa”, destaca Neemias Freire, um dos dirigentes da Fenastra que permaneceu na Fenajufe. Uma dessas negociações com o governo foi o primeiro Plano de Cargos e Salários, em 1995. As duas entidades se fundiram definitivamente em 1996, na Plenária Nacional de São Luís (MA).

É importante destacar que, sendo duas entidades de segundo grau na escala da representação sindical, eram os

sindicatos de base que definiam a que lado pender em cada nova gestão – hora para a Fenastra, hora para a Fenajufe. Houve um entendimento que o movimento se fortaleceria sendo uma única representação. Isso ocorreu no mesmo momento em que houve uma reaproximação das forças políticas que compunham as direções das duas entidades. Para Neemias, esse fato facilitou a acomodação dos quadros da entidade da Justiça Trabalhista, que passaram a compor o movimento unificado.

Apesar das divergências iniciais, nos momentos de discussão, integrantes da Fenajufe e da Fenastra se uniam nas negociações com o Judiciário, o Executivo e o Parlamento

POLICARPO

Valorizar a categoria e fortalecer o Judiciário



Roberto Policarpo é deputado federal pelo PT-DF. Servidor de carreira do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF), integra a diretoria da Fenajufe desde 2001 e foi coordenador-geral da Federação na quinta, sexta e sétima gestões. Também foi coordenador do Sindjus-DF em várias gestões. Como deputado, foi relator do PL 6613/09, na Comissão de Finanças e Tributação, e do PL 4363/12, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara

Você participou do momento de ouro da Fenajufe, em que os PCSs 2 e 3 e o reajuste da GAJ foram aprovados. O que tinha naquela época e que não temos hoje?

O momento de ouro de nossa categoria teve início em 2000, quando conseguimos mudar a posição do STF na concessão dos 11,98%. Foi nesse período que os servidores sentiram confiança em sua representação sindical e em sua unidade. Graças a esses dois sentimentos, tivemos força para mudar o entendimento, até então "imexível", do STF e, depois disso, foi vitória em cima de vitória. Outro fator foi a presidência do ministro Nelson Jobim, seguida da ministra Ellen Gracie: os dois tiveram a liderança política necessária para garantir um diálogo produtivo com o Executivo. Essa união de mobilização e diálogo colocou a Fenajufe em um patamar superior no movimento sindical.

Pelo que você está dizendo, a postura do STF mudou. Porém, qual o papel da divisão da categoria na demora da aprovação do projeto atual?

Os presidentes Gilmar Mendes e Cezar Peluso não defenderam as bandeiras do Judiciário. E, no meu entendimento, a categoria reagiu à falta de liderança do chefe do Judiciário no processo negocial. Decorreu disso a briga do cada um por si, que levou à fragmentação da categoria. Nesse sentido, demorou quase dois anos para

que os grupos/cargos/segmentos entendessem que não adiantava brigar internamente, que era a unidade a arma mais eficaz para defender o reajuste.

Então a culpa foi da subserviência do Judiciário?

A passividade do Judiciário jogou a nossa categoria em uma arena de guerra que não era a sua. Não somos servidores do Executivo, mas o Judiciário delegou ao Executivo a competência para tratar de suas carreiras. O Executivo, que não é bobo, disse: "não temos competência para negociar com os servidores de outro Poder". Logo, esse jogo de empurra beneficiou tanto o Judiciário, que não queria assumir responsabilidade, quanto o Executivo, que não tinha nenhum interesse de atender ao pleito.

Hoje você é um deputado com forte atuação entre os servidores públicos. Nessa nova esfera, como tem sido sua atuação parlamentar?

Especificamente para nossa categoria, apresentei o PL 3198/2012, que estabelece que os servidores do Judiciário e do MPU possam exercer a advocacia; o PL 3335/2012, que possibilita aos oficiais de justiça em diligência o direito de estacionar em vagas reservadas aos carros oficiais; e os PLs 3806/2012 e 3807/2012, que concedem anistia aos servidores do STJ e do TST que tiveram o ponto cortado nas greves de 2009 a 2011, entre outros. Ampliando

o foco das matérias que dizem respeito ao funcionalismo em geral, sou relator do PLP 330/2006, que concede aposentadoria especial aos servidores públicos que exercem atividade de risco; do PL 2758/2011, que dá aos trabalhadores em educação que atuam junto ao sistema prisional brasileiro o adicional de periculosidade; do PL 7766/2010, que permite o empréstimo consignado de recurso do fundo exclusivamente para seus segurados; do PL 7358/2010, que cria condições especiais de trabalho e aposentadoria para os taquígrafos; e do PL 6537/2009, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Modernização da Gestão Pública.

O deputado João Dado, que também foi o relator do PL 6613/09, defende o apensamento ao PL 4363/12. Qual sua posição sobre o tema?

Sou contra. O reajuste proposto pelo PL 4363 está longe de ser o desejado pela categoria. Os 33%, conseguidos na base de muita luta, são uma saída paliativa. A continuidade de tramitação do PL 6613 deve ser um compromisso do Judiciário, que não pode jogar fora quatro anos de discussão. Vou defender exatamente isso.

Não creio que o João Dado deva propor esse apensamento. Caso eu esteja enganado e ele apresente essa proposta na CFT, nossa categoria deve estar preparada para combatê-la. Podem contar comigo para impedir que esse disparate aconteça.

A saída para a movimentação extraordinária, presente no relatório do PL 4363, é uma articulação sua. O que o levou a essa proposta?

Em um passado não muito distante, o Judiciário tinha força política para motivar seus servidores. Essa força tem se tornado cada vez menor à medida que tem permitido a interferência do Executivo em questões administrativo-financeiras. Para tentar pôr um freio nisso, temos que buscar saídas legislativas. Foi exatamente esse o caminho que percorri para dar condições de os tribunais valorizarem seus quadros. Trata-se de um mecanismo de incentivo aos servidores que, com boas e inovadoras práticas, colocaram e mantêm o Judiciário em posição de destaque, seja pelo acesso à Justiça, pela quantidade de processos julgados, pela humanização da Justiça, pelo protagonismo social... Ao sugerir essa emenda, pensei na valorização da nossa categoria e no fortalecimento do Judiciário como um todo.

Qual sua mensagem aos servidores e dirigentes nesses 20 anos de história da Federação?

Aos que lutaram, o meu reconhecimento e gratidão. Aos que continuam na luta pela garantia de direitos e novas conquistas, o meu desejo de continuarmos juntos, escrevendo as próximas páginas desta história de união, avanços e vitórias.

“

Essa união de mobilização e diálogo colocou a Fenajufe em um patamar superior no movimento sindical.”

RAMIRO LÓPEZ

É preciso discutir um novo modelo para o Judiciário



Ramiro Santana Moreno López, coordenador-geral da Fenajufe, é técnico judiciário desde 1990 no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região (RS). Foi representante da Federação nas comissões interdisciplinares que elaboraram os anteprojetos de lei dos PCS 3 e 4. Filiado ao PCdoB, foi candidato a vereador por Porto Alegre nas últimas eleições

Você entrou na diretoria da Fenajufe na 3ª gestão, em 1998, e é coordenador-geral desde a 5ª gestão, tendo estado à frente de várias lutas importantes da categoria. Como você avalia a Federação nesses períodos?

Foi um período em que formatamos e consolidamos a Federação como representante da categoria em todo país. Encaminhamos uma série de lutas, posicionamo-nos e passamos a ser uma referência na categoria. Avançamos muito do ponto de vista das conquistas salariais. Quando entrei no Judiciário, tínhamos uma tabela salarial do Executivo, que usávamos por extensão.

Conseguimos fazer com que fosse criada uma específica para nós. E, em alguns aspectos, contribuimos para a discussão de um modelo de Judiciário que a gente pretende ver implantado no país.

Como um dos principais dirigentes da categoria durante as lutas pelos últimos PCS, aprovados em 2002 e 2006, o que você considera importante destacar nas campanhas dos planos e como você avalia essa luta recente?

É claro que a vitória salarial foi importante, colocou nossa categoria em outro patamar, mas, do ponto de vista sindical, o grande ganho foi a consolidação da Fenajufe como interlocutora

e real representante da categoria em âmbito nacional. Ao longo do processo de negociação com o governo, a Fenajufe foi a condutora política do processo. A partir desse momento, a Fenajufe passou a ser reconhecida pelos tribunais nos estados, pela cúpula do Judiciário, pelo Legislativo e pelo Executivo, além de pela própria categoria.

A Fenajufe é uma das integrantes da Coordenadora dos Trabalhadores do Judiciário do Cone Sul, juntamente com a FJA (Argentina) e a AFJU (Uruguai). Como se deu esse processo de articulação?

O processo começou com os argentinos, que foram ao Uruguai e depois vieram ao Brasil, buscando essa parceria, fazendo surgir a coordenadoria. É um trabalho muito importante, pois uma articulação com esses países possibilita a defesa de interesses comuns. Existe toda uma concepção pré-definida para os países de terceiro mundo, com fórmulas de organização do Judiciário, do regime de Previdência e da economia, por exemplo, sempre subordinadas ao interesse do grande capital internacional. Precisamos nos contrapor a isso e oferecer nossa resistência, de modo organizado e articulado internacionalmente. E o melhor modo é procurar os iguais para estabelecer essa conversa.

“

Contribuímos para a discussão de um modelo de Judiciário que a gente pretende ver implantado no país.”

JACQUELINE ALBUQUERQUE

Vinte anos de liberdade, independência e autonomia sindical



Jacqueline Albuquerque é servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e dirigente sindical. É coordenadora da Fenajufe desde 2001 e diretora da CUT Nacional desde 2009. Foi presidente do Sintrajuf/PE em várias gestões

Nesses 20 anos de história, a Fenajufe tem desempenhado um papel importante na luta dos trabalhadores do Judiciário e do Ministério Público da União. A cada dia, se constrói, com foco na unidade da categoria, na defesa dos direitos conquistados e na luta por novas conquistas.

Entidade classista, democrática, autônoma e independente de governos, de patrões e de partidos políticos, a Fenajufe norteia-se por princípios de igualdade e solidariedade, tendo o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Como a CUT, central à qual é filiada, a Fenajufe defende a liberdade e a autonomia sindical; ou seja, que os trabalhadores tenham o direito de decidir livremente sobre a forma de organização e de sustentação financeira dos seus sindicatos, sendo contrária ao imposto sindical.

Como servidora pública e dirigente da Fenajufe e da CUT, entendo que a manutenção e a defesa desses princípios são fundamentais para a luta dos trabalhadores diante da crise capitalista, hoje concentrada na Europa, mas que já começa a chegar ao Brasil.

Todos os direitos conquistados pelos trabalhadores europeus estão hoje ameaçados, com cortes nos gastos públicos, em nome de uma política de austeridade para pagar a dívida. No Brasil, diante da ameaça da crise, o governo Dilma Rousseff aplica essa mesma política, praticando a renúncia fiscal em benefício das multinacionais, congelando os salários dos servidores e apresentando um programa de privatizações por meio de concessões dos serviços públicos.

Para enfrentar essa situação, precisamos de sindicatos fortes, baseados nos princípios cutistas de liberdade e independência sindical, a exemplo da nossa Federação, pois, somente assim, teremos condições de organizar a luta para evitar que os efeitos da crise que hoje se alastra em toda a Europa atinjam também o Brasil.

Portanto, é preciso exigir do governo Dilma outra política, que proteja os trabalhadores e a nação diante da crise, que invista no serviço público, que retome os concursos públicos e que implante uma verdadeira negociação coletiva no serviço público. Para isso, é preciso que o governo centralize o câmbio, acabe com o superávit fiscal primário, reverta as privatizações e pare com as concessões dos serviços públicos para a iniciativa privada.

É com o compromisso com esse combate que estamos na Fenajufe e na CUT.

“

A Fenajufe norteia-se por princípios de igualdade e solidariedade, tendo o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.”

Planos de Cargos e Salários

Entre as diversas campanhas realizadas pela Fenajufe se destacaram a luta pela criação e, posteriormente, pela reestruturação dos PCSs

Em 1996, após longa greve, a categoria conseguiu que fosse aprovada a Lei 9421/96, que criou o Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário Federal. Embora tenha representado uma vitória, a lei tinha distorções que afetaram diretamente o servidor do Judiciário. Parcelada em quatro vezes, a partir de janeiro de 1997, a lei só foi totalmente implementada em janeiro de 2000, quando os servidores já entravam no sexto ano sem reajuste. Também em 2000, foi aprovada a Lei 9953/2000, que colocou os servidores do MPU nas mesmas condições do Judiciário.

Ainda em 2000, os servidores federais realizaram a primeira grande greve da categoria no governo FHC. Com o movimento, a categoria conseguiu que fosse criado um Grupo de Trabalho de Assuntos Salariais, instituído pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que reunia técnicos do STF e a Fenajufe. Comissão semelhante foi criada na

Após forte pressão, que incluiu nova greve dos SPFs, o PCS 2 foi aprovado com rapidez nas Comissões da Câmara dos Deputados, mas foi barrado pelo governo federal antes de ir a plenário, em dezembro de 2001. No dia 6 de maio de 2002, foi deflagrada greve do Judiciário e do MPU, que começou com nove estados e cresceu à medida que as negociações não avançavam. O movimento durou cerca de 50 dias e chegou a contar com mais de 20 estados.

A forte pressão realizada pela greve obrigou o governo a negociar. Em uma mesma semana, o PCS 2 foi aprovado na Câmara e no Senado. A categoria manteve o estado de greve até a sanção presidencial, que ocorreu em 27 de junho de 2002. Dias depois, o PCS do MPU viria a ser aprovado também nas duas Casas.

PCS 3

Em 2006, os trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU novamente intensificaram a luta para a reestruturação do PCS. À época, foram criadas comissões no STF e no MPU, com a participação da categoria. A Fenajufe também elaborou um calendário de atividades que incluiu manifestações, debates, atos nos locais de trabalho e, principalmente, paralisações.

No momento mais forte do movimento grevista, cerca de 60% da categoria parou, em 20 estados e no DF. Os servidores continuaram mobilizados mesmo depois de encerrada a greve. Até a reta final, passando pela aprovação dos projetos de lei, em setembro, e do crédito suplementar, no início de dezembro, a Fenajufe e os sindicatos

reforçaram as mobilizações em todo o país. No PCS 3, tanto o projeto do Judiciário como o do MPU foram votados na mesma sessão, consolidando a unidade dos trabalhadores do Judiciário e do Ministério Público da União.

Atualmente, a categoria busca nova reestruturação do PCS. Em 2008, foi criada a Comissão Interdisciplinar do STF, que contou com a participação de dois representantes da Fenajufe. Desde dezembro de 2009, quando os PLs 6613/09 e 6697/09 foram enviados à Câmara, os servidores do Judiciário Federal e do MPU já realizaram seis greves para garantir um patamar mais justo de remuneração. Na mais recente, enfrentando uma postura pouco proativa das cúpulas do STF e do MPU e a intransigência do governo federal, servidores de vários estados e do DF deflagraram, em julho e agosto deste ano, um movimento de greve, que foi fortalecido pelas demais categorias do serviço público. Pressionado por um movimento unificado, o governo Dilma Rousseff foi obrigado a negociar com as entidades e a recuar de sua política de reajuste zero.

A partir de uma negociação com o Executivo, o STF encaminhou ao Congresso o PL 4363/12, que reajusta a Gratificação Judiciária (GAJ) de 50% para 100%. O mesmo foi feito pela Procuradoria-Geral da República, ao enviar o PL 4362/12, que reajusta a Gratificação de Atividade no MPU (Gampu) também de 50% para 100%. Até o fechamento desta edição, os projetos ainda não haviam sido aprovados no Congresso, mas a categoria segue mobilizada para garantir o reajuste salarial.



Protesto na Comissão Mista de Orçamento do Congresso em dezembro de 2011

PGR e contou com a participação do Sindjus/DF. O reconhecimento por parte das cúpulas do Judiciário e do MPU de que era necessário reestruturar o PCS foi em consequência da mobilização da categoria, que provou estar disposta a lutar pela melhoria e garantia de seus direitos.

Reforma da Previdência

No maior movimento da história do setor público no Brasil, Fenajufe e outras organizações conduziram ações contra a privatização da Previdência e a retirada de direitos históricos dos trabalhadores

A luta contra a Reforma da Previdência, em 2003, foi o maior movimento unificado da história do setor público no Brasil. A Fenajufe e outras organizações conduziram diversas ações contra a aprovação da PEC 40, que tinha como pano de fundo a privatização da Previdência Pública e a retirada de direitos históricos dos trabalhadores.

Em 8 de julho, as várias categorias do funcionalismo público, incluindo o Judiciário Federal e o Ministério Público da União (MPU), iniciaram uma ampla greve nacional contra a Reforma da Previdência, que durou cerca de 50 dias (até 29 de agosto), atingindo vários estados do país.

No auge da greve, em 6 de agosto, foi realizada uma grande marcha nacional, que reuniu mais de 70 mil pessoas em Brasília (DF), sendo cerca de mil servidores do Judiciário e do MPU, vindos de diversos estados brasileiros.

Outro momento de destaque do movimento se deu durante a votação da PEC 40, em primeiro turno, na Câmara dos Deputados, quando o total de servidores federais em greve chegou a 70%.

Os servidores se mantiveram unidos e continuaram na luta em defesa de seus direitos e pela abertura do debate público sobre a proposta de reforma da Previdência. O governo, no entanto, foi intransigente e, mesmo após a suspensão do movimento grevista, em muitos estados foi mantido o estado de greve e realizadas diversas manifestações.



Grande marcha contra a Reforma da Previdência em 2003

Todo o movimento de resistência do funcionalismo público federal não impediu que a PEC 40 fosse aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e promulgada pelo presidente Lula. No entanto, a avaliação das entidades participantes é de que a greve nacional foi bastante positiva por ter promovido o debate sobre a reforma junto com a sociedade e por ter possibilitado uma importante união entre as diversas categorias de servidores federais.

As várias atividades da greve em todo país, como atos públicos, passeatas, manifestações nos aeroportos e em frente às casas dos parlamentares, entre outras, mostraram para a população e para o próprio governo o descontentamento da classe

trabalhadora com a proposta de reforma que retirou direitos e abriu as portas para a privatização da Previdência Pública.

No Judiciário Federal e no MPU, a greve teve início no dia 8 de julho, com a adesão de cinco estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia e São Paulo), atingindo 10 estados em sua melhor fase. Também foram realizadas paralisações parciais e mobilizações em Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Pará e Piauí. A Fenajufe avalia que, no total, incluindo as paralisações parciais, o movimento grevista teve a adesão de mais de 50% da categoria.

Incorporação da URV

Uma importante luta liderada pela Fenajufe foi pela incorporação, aos salários dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (MPU), da diferença do percentual de 11,98% perdida em virtude da errônea conversão salarial em URV (Unidade Real de Valor) durante a criação do Plano Real. O movimento ocorreu em setembro de 2000, com uma greve curta, de cerca de uma semana, iniciada na Justiça Eleitoral de São Paulo. Posteriormente, a paralisação estendeu-se para Minas Gerais e chegou aos servidores do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no Distrito Federal. Também houve paralisação parcial em outros estados.

Após o movimento, o pagamento da URV foi aprovado por meio de processo administrativo. A União recorreu e o processo chegou ao Tribunal de Contas da União (TCU), que garantiu o direito após votação final. A incorporação da URV foi conquistada em todos os estados, mas até hoje servidores de alguns deles ainda lutam para receber os seus direitos.



O movimento ocorreu em setembro de 2000, com uma greve curta, de cerca de uma semana, iniciada na Justiça Eleitoral de São Paulo. Posteriormente, a paralisação estendeu-se para Minas Gerais e chegou aos servidores do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no Distrito Federal. Também houve paralisação parcial em outros estados

Votação dos quintos



Até 1995, os servidores federais que exerciam funções comissionadas tinham a gratificação correspondente incorporada ao salário, na razão de um quinto por ano de exercício. Nesse ano, por meio de uma série de Medidas Provisórias, os quintos foram transformados em décimos, até que uma lei federal de 1997 cancelou o benefício. Diante das divergências entre os textos legais e outras MPs posteriores, a incorporação foi estendida até abril de 1998, sendo então transformada em vantagem pessoal.

Em 2001, o governo FHC baixou nova Medida Provisória, cuja redação, ainda mais contraditória, permitiu nova discussão sobre o direito à incorporação. Em uma disputa jurídica que teve a participação decisiva da Fenajufe, o Tribunal de Contas da União (TCU) acabou reconhecendo, em 2005, o direito à incorporação entre 9 de abril de 1998 e 4 de setembro de 2001.

Após o acórdão do TCU e várias decisões judiciais no mesmo sentido, os tribunais superiores acabaram incorporando em folha a vantagem. Apesar da oposição manifestada por certos setores da magistratura, esse exemplo foi seguido pela maioria dos tribunais regionais.

Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça julgou um recurso repetitivo, reconhecendo a existência do direito aos quintos até setembro de 2001 e dando caráter uniforme a essa interpretação da lei. Entretanto, ainda devem ser julgados pelo STF pelo menos dois procedimentos sobre a vantagem. Há um mandado de segurança, com voto contrário do relator, que pedia a suspensão dos pagamentos aos servidores do próprio TCU. E, ainda em 2012, o STF reconheceu a existência de repercussão geral em um recurso extraordinário sobre a matéria.

Na avaliação do assessor jurídico da Fenajufe, Pedro Maurício Pita Machado, a luta da Federação e dos sindicatos em favor dos quintos até aqui foi bem-sucedida, com a maioria deles obtendo ganho de causa e garantindo a seus filiados o pagamento.

Cem mil contra a corrupção

Ralizada no dia 26 de agosto de 1999, em Brasília (DF), a Marcha dos 100 mil foi a maior manifestação realizada contra o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Promovida por partidos da oposição e organizações dos movimentos sociais e sindicais, a passeata, que protestou contra a corrupção no governo federal, percorreu grande parte da capital, terminando, no início da tarde, na Esplanada dos Ministérios. Cerca de 100 mil pessoas – entre elas integrantes da Fenajufe e de outras entidades representativas dos servidores públicos – participaram do evento, que teve enorme repercussão na mídia.



Apoio à luta pela
reforma agrária

Cerca de 10 mil trabalhadores rurais sem terra fizeram uma grande marcha, em Brasília (DF), no dia 25 de novembro de 2004, para protestar contra a política econômica que vinha sendo desenvolvida pelo governo federal, considerada por eles prejudicial à vida no campo e um entrave à implementação da reforma agrária. A principal reivindicação do movimento era a agilidade do governo



no processo de assentamento das famílias. Ao lado de mais de 40 organizações sociais de todo o país, como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), CUT, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Comissão Pastoral da Terra, também participaram do evento representantes de entidades que compõem a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (Cnesf), entre elas a Fenajupe.

Marcha da CUT



Representantes da Fenajufe e de dezenas de sindicatos estaduais do Judiciário Federal e do MPU marcaram presença na Marcha Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizada em 15 de agosto de 2007, em Brasília (DF). Cerca de 20 mil pessoas de vários locais do país protestaram contra a retirada de direitos dos servidores públicos federais, ameaçados pelo PLP 01/07, que prevê o limite de 1,5%, por 10 anos, em gastos com funcionalismo público (e está parado desde então na Câmara dos Deputados), e pelo anteprojeto de regulamentação da greve no serviço público, entre outros. Também participaram professores, bancários, metalúrgicos, urbanitários, rodoviários, trabalhadores da área da saúde e da educação, previdenciários e servidores do Executivo.

SPFs unidos por uma remuneração mais justa



Há mais de seis anos sem reajuste, os servidores do Judiciário e do MPU se somaram aos demais servidores públicos federais e realizaram, em 2012, diversas marchas unificadas – organizadas pelo Fórum de Entidades dos SPFs e pelas centrais CUT, CSP-Conlutas e CTB – como forma de pressionar o governo a rever a política de arrocho e de congelamento salarial. Nos dias 26 de março, 5 de junho, 18 de julho e 15 de agosto, servidores de vários locais do Brasil lotaram a Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), exigindo resposta do governo à pauta de reivindicações, que tem como destaque a revisão do Plano de Cargos e Salários. As duas últimas marchas foram realizadas em meio à greve de várias categorias do funcionalismo público. Vários representantes da Fenajufe e de sindicatos filiados à Federação participaram das manifestações. Destaque para a marcha de 18 de julho (foto), que reuniu mais de 20 mil pessoas.

Pela democratização da comunicação

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) foi realizada de 14 a 17 de dezembro de 2009, após longa articulação liderada pelas organizações que participam da luta pela democratização da comunicação, ou seja, pelo trânsito livre da informação por meio de veículos acessíveis a todos, pelo fim do oligopólio e da propriedade cruzada e pelo respeito aos artigos da Constituição Federal que versam sobre a comunicação.

Durante anos, as entidades cobravam do governo federal uma conferência nos mesmos moldes das realizadas na área da saúde, da juventude e dos esportes, entre outras. No Fórum

Social Mundial de 2009, em Belém (PA), as organizações fizeram pressão e o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva comprometeu-se a convocar o evento. A Fenajufe, que integra desde 2007 o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), teve importante participação no processo de organização da conferência.

Uma das principais propostas aprovadas na 1ª Confecom foi a definição de um novo marco regulatório para a comunicação. Até o momento, o governo federal não deu sequência a essa nem a outras propostas aprovadas na conferência. As entidades ligadas ao FNDC continuam pressionando o governo federal – em especial o Ministério das Comunicações – para que haja a devida discussão sobre o novo marco regulatório.



ANA LUIZA FIGUEIREDO

Lutas, vitórias e lições



Ana Luiza de Figueiredo Gomes, coordenadora-executiva da Fenajufe, trabalha há 17 anos no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Nesses anos, esteve sempre na linha de frente das lutas e conquistas dos trabalhadores do Judiciário federal e do Ministério Público da União. Militante do PSTU, foi candidata à prefeitura de São Paulo nas últimas eleições

“

As lições dessas batalhas servirão, nos próximos anos, como base para futuros enfrentamentos com o governo.”

Como você avalia o trabalho realizado pela Fenajufe durante seu período na diretoria da entidade, do ponto de vista de sua atuação política?

Tivemos muitas lutas e vitórias nesses anos em que participei da direção da Fenajufe. Conquistamos o pagamento dos 11%, os PCSs 2 e 3, impedimos a extinção da Justiça do Trabalho e a reforma sindical e trabalhista. Sofremos derrotas também, a maior delas com a aprovação da Reforma da Previdência de Lula, que retirou nosso direito à aposentadoria integral, confiscou o salário dos aposentados e abriu caminho para Dilma criar a Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). As lições dessas batalhas servirão, nos próximos anos, como base para futuros enfrentamentos com o governo.

Uma das grandes lutas da Fenajufe foi contra a Reforma da Previdência, em 2003.

Como você vê aquela greve e a luta unificada com as demais categorias do funcionalismo público federal?

Essa greve foi um marco na luta do funcionalismo, da Federação e de todos os trabalhadores. Enfrentamos uma reforma da Previdência que, embora elaborada no governo FHC, foi implementada por Lula, o maior dirigente sindical da história do Brasil. A traição do governo petista, recém-eleito com os votos dos servidores e demais trabalhadores, dividiu nosso movimento, causando rupturas no PT e na CUT, as duas maiores ferramentas de luta criadas pelos trabalhadores na década de 80, com grandes reflexos na nossa organização sindical e política.

Até o 5º Congresso, houve chapa única na eleição dos diretores. A partir de então, houve disputa entre chapas, refletindo divergências entre os setores políticos que atuam na Federação. Como você avalia esse processo?

Esse congresso foi em 2004, um ano após a Reforma da Previdência, por isso refletiu a divisão causada pela traição do PT. Para expressar as diversas visões e propostas existentes, foram formadas três chapas. A direção da Federação foi composta proporcionalmente, que é a maneira mais democrática para garantir a unidade quando há diversidade de opiniões e propostas. Com isso, conseguimos manter os trabalhadores do Judiciário federal e do MPU unidos até hoje em uma mesma entidade.

Nos próximos anos, quais devem ser as prioridades da Fenajufe?

Além de garantir o reajuste dos salários, a Fenajufe deve lutar pela revogação da reforma da previdência, que, com o julgamento do mensalão no STF, está questionada por ter sido aprovada no Congresso de maneira fraudulenta, com votos comprados por uma quadrilha de corruptos a serviço do governo Lula. A Federação também deve participar da luta contra o Acordo Coletivo Especial, proposto por setores que atuam na CUT, que abre a possibilidade do acordado prevalecer sobre o legislado, permitindo a entrega de direitos históricos da nossa classe. Para que nossa Federação enfrente com coerência as lutas que virão, no próximo congresso precisamos aprovar a ruptura com a CUT e sua política de central chapa branca.

1995

2001

2004

2007

2010

2010



1995



2004



2007

Congresso Nacional da Fenajufe (Congrejufo)

Realizado de três em três anos, o Congresso Nacional da Fenajufe é o principal evento promovido pela Federação. Além de discutir assuntos de interesse dos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União, o congresso ganha ainda mais importância por servir de palco para a eleição da diretoria da Fenajufe para os três anos subsequentes. O 1º Congresso Nacional foi realizado em Brasília (DF), de 5 a 8 de dezembro de 1992, e marcou a fundação da Federação. Depois, foram realizados mais seis edições: de 26 a 29 de abril de 1995, em Belo Horizonte (MG); de 22 a 25 de abril de 1998, em Florianópolis (SC); de 26 a 30 de abril de 2001, em São Paulo (SP); de 29 de abril a 2 de maio de 2004, em Maceió (AL); de 28 de março a 1º de abril de 2007, em Gramado (RS); e de 27 a 31 de março de 2011, em Fortaleza (CE). O 8º Congresso está marcado para os dias 26 a 30 de abril de 2013, em Caeté (MG).

2000

2001

2006

2008

2011

2012



Plenária Nacional da Fenajufe – Promovida anualmente, com exceção dos anos em que é realizado o Congrejufe, a Plenária Nacional da Fenajufe também reúne representantes dos diversos sindicatos filiados à Federação para debater os assuntos mais urgentes relacionados à categoria. Desde a primeira, em 1993, já foram realizadas 17 plenárias. No evento, é aprovado o plano de lutas de cada ano, o qual serve de base para as ações promovidas pela Federação.

Reunião ampliada – Convocadas sempre que necessárias pela diretoria da Fenajufe, as reuniões ampliadas tratam de assuntos pontuais e urgentes, que não podem esperar a realização de plenárias ou congressos. Nessas reuniões, são aprovados os diversos calendários de mobilização postos em prática durante o ano.



1998

2001

2003



1º Seminário Nacional sobre Organização no Local de Trabalho no Judiciário Federal e MPU
Promovido pela Fenajufe, em Belo Horizonte (MG), nos dias 22 e 23 de agosto de 1998.

1º Seminário Nacional sobre a Justiça Eleitoral



Lançamento da Campanha Salarial 2003



Seminário sobre a Reforma da Previdência

No dia 27 de março de 2003, entidades dos servidores federais promoveram, na Câmara dos Deputados, um seminário para debater os efeitos da Reforma da Previdência, prevista na PEC 40 e aprovada no primeiro ano do governo Lula. A atividade, que foi parte de uma agenda unificada em defesa da Previdência pública e solidária, contou com a participação de dirigentes da Fenajufe e de sindicatos de base.



Forum Social Mundial 2003

No final de janeiro de 2003, Porto Alegre (RS) foi novamente palco de um Fórum Social Mundial, evento que reuniu militantes sociais do Brasil e de outros países da América Latina, Ásia, África e Europa. Com o lema "Um outro mundo é possível", o FSM foi aberto por uma grande marcha, que percorreu as ruas da capital gaúcha. A Fenajufe esteve presente nessa manifestação e também participou de várias conferências, além de ter promovido painéis com os colegas argentinos e uruguaios, que compõem, juntamente com a Federação, a Coordenadora dos Trabalhadores do Judiciário do Cone Sul (Fenajufe, FJA e AFJU).



I Seminário Gênero, Raça e Orientação Sexual

Promovido pela Fenajufe, em Maceió (AL), no dia 27 de abril de 2004.

2005

2006

Encontro da Coordenadora dos Trabalhadores do Judiciário do Cone Sul

Realizado em Mar del Plata, na Argentina, teve como tema "Outra Justiça é possível".



X Encontro dos Trabalhadores do Judiciário do Cone Sul

Promovido pela Fenajufe durante o Fórum Social Mundial de 2005, o evento reuniu representantes do Brasil, da Argentina e do Uruguai.



I Encontro Nacional da Fenajufe sobre Assuntos de Aposentadoria



1º Encontro Nacional de Gênero da Fenajufe



Seminário 15 anos da Fenajufe

No dia 8 de dezembro de 2007, a Fenajufe comemorou seus 15 anos de fundação. Em um seminário realizado no Hotel Nacional, em Brasília (DF), coordenadores e funcionários da Federação, ao lado de representantes de vários sindicatos de base, participaram do seminário que marcou a data. Na ocasião, foi lançada a Rádio Web Fenajufe, e uma mesa de debates lembrou alguns dos principais momentos da história da entidade.



Encontro do Cojaf

Desde 2004, o Coletivo Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Cojaf) se reúne com a presença de diretores da Fenajufe e de representantes do segmento vindos de vários estados do país. Já foram realizadas oito edições do encontro. A foto ilustra um Encontro do Cojaf realizado em 9 de dezembro de 2007, em Brasília (DF).



I Encontro Nacional da Fenajufe sobre Plano de Carreira

Promovido pela Fenajufe, em Recife (PE), no dia 28 de março de 2008.

1º Encontro Nacional sobre Saúde do Trabalhador

Em 19 de outubro de 2008, em Brasília (DF), problemas relacionados à saúde foram temas de discussão do 1º Encontro Nacional sobre Saúde do Trabalhador, promovido pela Fenajufe. Com a presença de dirigentes da Federação e de seus sindicatos filiados, foram abordadas questões como a prática do assédio moral e o avanço e soluções para doenças como estresse, LER/Dort, depressão e ansiedade. Também foram apontados alguns encaminhamentos que estão sendo colocados em prática, como a criação do GT de Saúde do Trabalhador, instalado recentemente.



Encontro Jornada de 6 horas

Realizado em 11 e 12 de julho de 2008, no auditório do Sisejufe-RJ, no Rio de Janeiro (RJ), o 1º Encontro Nacional da Fenajufe sobre Jornada de 6 horas também reuniu dirigentes da Federação e dos sindicatos de base. No evento, foram debatidas as vantagens da diminuição da jornada sem redução de salário e definidas algumas ações da campanha pela jornada de 6 horas. Essa é uma bandeira histórica da categoria, já aprovada em vários fóruns deliberativos, como congressos e plenárias.

2008

2009

2010

2011

2012



3º Encontro sobre o MPU

Nos dias 14 e 15 de novembro de 2008, a Fenajufe promoveu o 3º Encontro Nacional sobre o MPU, em São Paulo, com a presença de coordenadores da Fenajufe e dos sindicatos filiados. Com foco nas questões específicas dos servidores do Ministério Público da União, o evento também contou com a participação de colegas do Judiciário Federal.

1º Encontro do Coletivo Nacional dos Aposentados

Promovido pela Fenajufe, em Brasília (DF), no dia 26 de setembro de 2009. O segundo encontro foi realizado em julho de 2012.



Reunião com o Ministério do Planejamento

No dia 7 de julho de 2010, diretores da Fenajufe se reuniram com o então ministro Paulo Bernardo e o advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams. Na pauta, revisão salarial.



Audiência pública sobre Funpresp

No dia 27 de abril de 2011, foi realizada, na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, audiência pública sobre a proposta de Previdência Complementar para os servidores públicos federais, previsto no então Projeto de Lei nº 1992/07, de autoria do Executivo. O evento, de iniciativa do deputado Policarpo (PT-DF), dirigente da categoria eleito parlamentar, contou com a presença de dirigentes sindicais, entre eles o coordenador da Fenajufe Jean Loiola, e de representantes dos Ministérios do Planejamento e da Previdência.



Fórum Social Mundial 2012

No final de janeiro de 2012, a Fenajufe participou, novamente, do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS). Dessa vez, o debate foi temático, voltado para meio ambiente e sustentabilidade. A Fenajufe esteve presente na marcha de abertura e também aproveitou a oportunidade para promover, com os colegas argentinos e uruguaios, mais um encontro da Coordenadora dos Trabalhadores do Judiciário do Cone Sul.

Encontro do Conas

Os agentes de segurança estão reunidos no Coletivo dos Agentes de Segurança (Conas). Até agora, a Fenajufe já realizou dois encontros, com a presença de representantes de vários sindicatos de base. A foto é de um encontro realizado em 1º de julho de 2012.



Encontro do Coletivo Jurídico

Coordenadores e advogados da Fenajufe e dos sindicatos filiados se reúnem, todos os anos, nos encontros do Coletivo Jurídico. Nessas reuniões, são debatidas questões relacionadas à categoria que têm repercussão jurídica, além de seus desdobramentos. O Coletivo Jurídico já teve 19 edições e a foto ilustra o encontro realizado em 3 de agosto de 2012.



6º Encontro Nacional de Comunicação da Fenajufe

Realizado nos dias 10 e 11 de agosto de 2012, em Brasília (DF).



Aprovação do PL 4363/12 na Ctasp

No dia 31 de outubro de 2012, a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou o relatório do deputado Policarpo (PT-DF) favorável ao PL que reajusta a GAJ para 100%.

Novas lutas, **resistência e avanços**

No âmbito específico do trabalho no Poder Judiciário e no MPU, os focos de atenção da Fenajufe são a questão salarial e as relativas à organização do trabalho

Superação das diferenças, diálogo e capacidade de articulação interna e externa foram indispensáveis à Fenajufe desde seu surgimento até as mais recentes conquistas. Serão determinantes também para as conquistas e lutas que se vislumbram nos próximos anos.

No âmbito específico do trabalho no Poder Judiciário e no MPU, os focos de atenção da Fenajufe são a questão salarial e as relativas à organização do trabalho: atribuições por função e ascensão funcional, implementação de novas tecnologias, aumento da carga de trabalho e suas implicações nas condições de saúde do trabalhador.

Ao mesmo tempo, permanece a perspectiva de continuar atuando em defesa da democratização do Judiciário e do MPU, para a distribuição efetiva de justiça do ponto de vista social, sem privilégio do capital.

Para o coordenador-geral da Fenajufe, Ramiro López, a primeira questão a se ter em vista é a disputa salarial. "Em seguida, devemos nos ater à questão do plano de carreira, que é uma reivindicação antiga da nossa categoria. Precisamos debater com urgência a atribuição e a exigência dos cargos e, principalmente, a ascensão funcional", afirma. Com a Reforma da Previdência, o servidor terá de trabalhar mais tempo até se aposentar e, para isso, precisa ter perspectivas. "Se estiver estagnado no mesmo patamar

da carreira, acaba ficando desestimulado", observa. A ascensão funcional, defende López, deve se dar por uma conjugação de fatores, entre eles tempo de carreira e conhecimento das atividades internas.

Outra batalha importante, segundo López, é a discussão de um novo modelo para o Poder Judiciário e o MPU. "O Brasil hoje não é o mesmo de

20 ou 30 anos atrás, e faz parte do papel do servidor ser atuante no processo que empurra o Judiciário e o MPU para um modelo que garanta a distribuição efetiva de justiça do ponto de vista social, com foco no serviço oferecido à população, sem privilegiar o capital. Portanto, faz parte do nosso papel de servidor e de cidadão debater internamente qual modelo de Judiciário e MPU queremos oferecer à sociedade para podermos intervir nas propostas", avalia.

É preciso juntar forças

Para o também coordenador-geral Zé Oliveira, é fundamental a continuidade da aproximação com os demais servidores públicos federais. Esse deve ser um norte para a Federação. "Mesmo que só haja um avanço parcial na questão salarial, a gente deve abrir outras frentes de luta. Algumas já vêm sendo abertas e ganhando mais espaço, como a das condições de trabalho", define.

Não só o aspecto da saúde do servidor preocupa Zé Oliveira, mas aspectos como o assédio moral. Segundo

A continuidade da aproximação com os demais servidores públicos federais deve ser um norte para a Fenajufe nos próximos anos

ele, essas questões ganham importância com a expansão da implantação do processo judicial eletrônico. "Ocorre uma mudança na organização do trabalho e é fundamental que a categoria faça o debate sobre a nova realidade, para não ser atropelada pelas mudanças. Vamos ter que discutir a jornada de trabalho, porque, embora algumas tarefas deixem de existir, está havendo um aumento da carga de trabalho, pois houve um incremento considerável da movimentação processual", afirma.

Zé Oliveira enumera também as lutas pela garantia da negociação coletiva no serviço público via regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). "Não podemos nos esquecer, ainda, da Previdência Complementar: há uma série de riscos para a garantia de uma aposentadoria digna para os servidores. Temos de estar prontos para enfrentar qualquer problema que venha com a implantação desse novo sistema", finaliza o coordenador.

Garantias para os servidores públicos

O também coordenador-geral Saulo Costa Arcangeli aponta a necessidade de acompanhamento atento de propostas que tramitam no Congresso

Nacional, como o Projeto de Lei do Senado (PLS) 710/2011, que aniquila o direito de greve, em flagrante desrespeito às previsões da Convenção 151, e o PL 4532. "Esse PL também não atende aos anseios dos servidores pelo pleno direito de greve e negociação coletiva. Além disso, há também o fato de o próprio governo acenar com uma nova reforma previdenciária para o setor público", observa.

No curto prazo, reajuste salarial é um tema que vai ocupar boa parte da agenda sindical no serviço público. Para Arcangeli, a pressão por reajuste será tão intensa em 2013 com foi em 2012. "Este ano, a vitória dos servidores públicos foi política, porque

obrigamos o governo a negociar, mas a conquista salarial foi bem aquém da reivindicada", avalia.

No campo das condições de trabalho, Arcangeli aponta o sistema de metas de produção como outro aspecto das mudanças no trabalho que merece atenção especial. As definições dessas metas têm de levar em conta a saúde do servidor, que não pode continuar a se sacrificar, a ser assediado moralmente e a adoecer por excesso de trabalho.

Lutar pelo fim do fator previdenciário e agir em solidariedade aos trabalhadores da iniciativa privada em relação à flexibilização das leis trabalhistas, como no caso do Acordo Coletivo Especial (ACE) proposto por setores que atuam na Central Única dos Trabalhadores, são duas outras vertentes de atuação citadas por Arcangeli.



O reajuste salarial dos servidores do Judiciário Federal e do MPU é um tema que vai ocupar boa parte da agenda sindical no serviço público

ZÉ OLIVEIRA

Sindicatos e federações mais fortes



José Carlos Pinto de Oliveira, coordenador-geral da Fenajufe, é servidor do Judiciário desde 1986, tendo atuado inicialmente no TRT da 4ª Região (RS) como técnico e, posteriormente, como analista judiciário. Atualmente, é analista judiciário do TRF-4. Também é dirigente do Sintrajufe/RS há várias gestões

“

É extremamente importante que os servidores públicos em todo o país fortaleçam seus sindicatos e, como consequência, suas entidades nacionais.”

Como você avalia o trabalho realizado pela Fenajufe ao longo desses 20 anos, do ponto de vista de sua atuação política?

Tínhamos uma luta fragmentada, com cada segmento tendo uma estrutura. Foi fundamental a Fenajufe qualificar o movimento e garantir representação e força aos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União. A Federação se consolidou e hoje chega aos 20 anos como a representante das demandas dos servidores do Judiciário e do MPU em todo o país, tanto nas questões específicas quanto nas discussões e lutas gerais dos servidores federais e demais trabalhadores. Neste último período vimos temas, como saúde e condições de trabalho, serem aprofundados pela categoria, embora tenhamos muito a avançar.

Como dirigente da Fenajufe há dois mandatos, que recado você daria aos colegas nessa comemoração dos 20 anos da Federação?

É extremamente importante que os servidores públicos em todo o país fortaleçam seus sindicatos e, como consequência, suas entidades nacionais, e que façam uso deles na defesa dos direitos da categoria. As bases da estrutura sindical têm de ter seus espaços garantidos, sejam elas maiorias ou minorias, para que a estrutura sindical obtenha democraticamente os avanços de que a categoria precisa. O debate das divergências é fundamental para o processo democrático da Fenajufe, que tem de ser aprofundado constantemente. Esse processo de construção do debate é fundamental para fazer frente aos ataques contra os direitos da

nossa categoria, sejam provenientes de administrações de tribunais, de procuradorias ou de governos.

Há quem diga que sindicato não tem ou não devia ter nada a ver com política. Qual é a sua visão?

Não podemos confundir política só com atuação partidária. Política está no dia a dia em muitas áreas de nossa atuação. Muitos, de forma legítima e democrática, atuam em espaços partidários, nos quais implementam uma visão política. No entanto, a atuação sindical também é alicerçada em um pensar político. Quando enfrentamos uma administração autoritária, como em várias ocasiões que vivenciamos nas últimas greves, ou um governo que ataca os direitos dos trabalhadores, estamos fazendo política. Se essa ação não estiver sustentada em uma premissa política, pode sucumbir ao primeiro enfrentamento. Fazer política é defender a construção democrática do debate na categoria, garantindo os espaços dos setores minoritários, enfrentando todos aqueles que atacam os direitos dos trabalhadores. Essa é uma ação política que não se confunde com a política partidária, a qual nos orgulhamos de defender.

Com as mudanças políticas e sociais em curso, as relações de trabalho também estão se alterando. No campo político, qual caminho o movimento sindical deve adotar daqui para frente?

O fundamental, como a Fenajufe faz, é buscar a unidade e garantir autonomia frente a qualquer governo e a qualquer administração e, assim, manter a essência do nosso trabalho por melhores salários e condições de trabalho.